A nova sistemática de descontos estabelece, segundo se afirma no mercado, que os importadores receberão, a cada compra, avisos de garantia, que serão descontados na aquisição seguinte. Se realmente esta informação procede, o IBC deverá conseguir minimizar os efeitos baixistas da adoção da sistemática de descontos, a curto prazo.

Esta questão merece destaque, já que é de suma importância para os países exportadores a sustentação de preços até o início do inverno no Brasil. Esta sustentação precisará ser promovida artificialmente até abril-maio, quando a demanda será aquecida pela necessidade de formação de estoques nos países importadores que buscarão um relativo afastamento do mercado no período maio-julho. Nesta época, o risco de geadas no Brasil normalmente empresta aos negócios um nervosismo especial, situação que facilita em muito a tarefa de sustentar as cotações internacionais. No entanto, ainda será necessário grande esforço por parte dos exportadores para manter estáveis os preços até abril.

O sucesso desta empreitada dependerá principalmente do acerto com que se processem as intervenções do Grupo de Bogotá, cuja experiência, em 1979, mostrou-se satisfatória. Do ponto de vista do Brasil, no entanto, é possível que algumas modificações referentes à forma de sua participação no Grupo, permitissem maiores benefícios. Isto porque a participação financeira do Brasil no Fundo é elevada e o grau de controle do país sobre suas atividades não parece proporcional àquela participação. Adicionalmente, a sustentação dos preços do café robusta, em Londres, e do café de procedência latino-americana (exceto Brasil), em Nova Iorque, conforme promovida pelo Grupo de Bogotá, ampara apenas de forma indireta o preço do café brasileiro. Talvez seja interessante a reativação do contrato B, em Nova Iorque, que seria sustentado pelo Brasil, com recursos do Grupo de Bogotá. Esta modificação exigiria, no entanto, que o IBC renunciasse, até certo ponto, às atuais fórmulas de controle do mercado.

De qualquer forma, a meta brasileira de obter, em 1980, mais de US$ 3 bilhões com as exportações de café, não parece de fácil concretização, a menos que se verifiquem significativas modificações na oferta internacional do produto. Mesmo que o Brasil consiga vender 15 milhões de sacas, como inicialmente anunciado, teria ainda que alcançar um preço médio de US$ 200,00 por saca exportada (ou US$ 1,5119/lb). Até abril, caso não se verifique um agravamento da atual situação política de alguns países produtores, as cotações deverão situar-se entre US$ 1,50 e US$ 1,70/lb. Após o inverno, a tendência dos preços deverá ser declinante, se não ocorrer uma geada no Brasil ou qualquer outro fator capaz de modificar significativamente o quadro de oferta do produto. Portanto, a meta de receita de exportação não será facilmente atingida. Sua concretização, contudo, não é de todo impossível, embora venha a requerer, das autoridades brasileiras, grande habilidade na condução das negociações das vendas e no exercício da liderança entre os países produtores. ✱

CARNE

Consumo declina com a alta dos preços

A principal causa da estabilidade das cotações da carne bovina na presente safra decorre da incompatibilidade entre o nível alcançado pelos preços do produto e o atual poder aquisitivo do consumidor. Na verdade, a resposta do consumo às condições adversas de preços antecedeu as manifestações de boicote deflagradas neste início de ano. Pesquisas diretas da imprensa e de agências especializadas constataram que a retração da demanda de carne bovina já ocorria no primeiro semestre de 1979.

Em termos nominais, os preços médios de atacado das carnes de primeira e segunda qualidades evoluíram

diferentemente na região Centro-Sul. No período janeiro a novembro de 1979, enquanto as cotações do traseiro se elevaram em 83,7%, a carne de dianteiro sofreu um incremento de preços da ordem de 108,3%, em razão do aumento de sua procura motivado pelo seu menor preço unitário de comercialização.

Como o retorno aos níveis "normais" de produção de carne bovina é previsto apenas para 1982-83, permanecem, então, as condições básicas para mais dois anos de preços crescentes. É possível, no entanto, que a retração do consumo varejista induza a uma relativa estabilidade dos preços reais do produto.

A título de ilustração, compara-se, a seguir, o movimento recente dos preços do boi gordo com o ciclo pecuário anterior, que compreende o período 1969/1977, em que a fase crescente de preços atingiu o seu ápice em 1974. Entre janeiro e dezembro de 1973, verificou-se um acréscimo de preços reais da ordem de 40%. Já no mesmo período de 1974, os preços reais do boi gordo mantiveram-se relativamente constantes. Por seu turno, o ciclo atual de preços revelou,em 1978, entre janeiro e dezembro, um ganho real de 41%, num comportamento semelhante ao do ano de 1973. No entanto, a fase de preços crescentes prolongou-se em 1979, quando se verificou uma elevação de 16%, já descontada a inflação.

A continuidade da escalada dos preços da carne bovina no ano passado foi o estopim que deflagrou o processo de retração do consumo desse alimento. Muito embora não se disponha de dados atualizados de consumo de proteína, a análise do poder de compra dos salários fornece elementos que consubstanciam a referida queda no consumo. Entre 1974 e 1979 (anos de preços médios mais elevados, nos dois últimos ciclos pecuários), a relação salário mínimo/arroba do boi gordo baixou de 3,7 para 2,9, numa redução de 22%. Entre 1977 (ano de preços mais baixos e início do ciclo pecuário atual) e 1979, a queda do poder de compra salarial foi mais acentuada: a referida relação, que em 1977 era 5,3, reduziu-se em 45%. Ressalte-se, ainda, que a demanda no começo da década passada foi reforçada pelo mercado externo (em 1972, o país exportou 192 mil t de carne bovina), contribuindo para aquecer, ainda mais, o nível dos preços internos. Já nos últimos anos, a notória redução da produção de carne bovina, acoplada ao crescimento populacional, resultou em um acentuado descompasso no balanço oferta/demanda, criando condições para o expressivo movimento altista dos preços.

Pelo lado dos pecuaristas, os efeitos da retração do consumo serão mais fortes nesta safra, frustrando as expectativas de preços reais crescentes até 1982. O alto nível de preços praticado e a resultante retração da demanda levarão as cotações a nivelarem-se num patamar igual ou mesmo abaixo do atual. A previsão em voga de Cr$ 1.500,00/1.600,00 por arroba, na próxima entressafra, resulta da aplicação de uma taxa inflacionária próxima de 60%, no presente ano. As cotações em julho de 1979, no estado de São Paulo, eram de Cr$ 671,00 por arroba de boi gordo, evoluindo para Cr$ 1.087,00 em novembro, com uma variação de 62%. No mesmo período, os preços de atacado se elevaram 42% e 45%, respectivamente, para traseiro e dianteiro. Tal época corresponde a uma fase de abates reduzidos, em que a maior parte da carne consumida é originária dos estoques formados durante a safra (1º semestre). Essa forma de abastecimento fez com que a retração do consumo varejista não atingisse diretamente o produtor.

A princípio, o movimento de boicote à carne bovina é questionável, pois se trata de um alimento proteínico essencial, de substituição problemática em termos quantitativos. A maior demanda por animais de ciclo menor, como frango e suínos, é a conseqüência natural desse movimento, já que é difícil acreditar que o consumo de proteína animal, de qualquer origem, deixe de ser praticado, pelo segmento da população que, apesar da faixa crítica de poder aquisitivo em

que se situa, ainda tem algo a sacrificar em favor de uma alimentação mais saudável. No entanto, o ajuste de produção requerido para que se altere a relação entre as quantidades produzidas de carne bovina e de carnes alternativas exige um tempo apreciável para sua efetivação. No curto prazo, o boicote acaba resultando em uma procura maior por outras fontes alternativas de suprimento, provocando aumento nos preços da carne de porco, de frango, de peixe e até nos preços do ovo, como vem ocorrendo recentemente.

Nos últimos anos, a partir do início da fase de liquidação do rebanho, as fêmeas passaram a compor parcela significativa da produção total de carne bovina. Com a queda dessa participação de 1977 para 1979, a produção total de carne caiu mais em função da subtração do abate de fêmeas do que propriamente pela menor oferta de boi gordo. De 1977 para 1978, a redução total de abates, no Centro-Sul do país, foi de 12%; nesse período, o sacrifício de fêmeas reduziu-se em 31,5%, enquanto a redução de machos abatidos foi de apenas 2,1%. De 1978 para 1979, o quadro se amplia: no período janeiro/outubro os abates de fêmeas decresceram 60,5% e os de boi gordo 1.7%.

Em 1980, o mercado ainda restringe a matança de fêmeas, e a oferta de boi gordo para a safra atual (animais nascidos em 1976 e abatidos com 3,5 a 4 anos) deverá ser menor do que a do ano passado, pelo fato de os nascimentos terem caído de 1975 para 1976. Essa queda na oferta de boi gordo deverá permanecer até 1981, quando serão abatidos os animais nascidos em 1977, ano de maior taxa de abate de fêmeas (31% do total). Nos anos seguintes, a oferta de boi gordo deverá crescer, pois de 1978 para cá, a natalidade voltou a crescer em função do menor sacrifício de fêmeas.

A normalização do nascimento de bezerros a partir de 1979 e o menor crescimento relativo das cotações no mercado de reposição, influenciaram as cotações do boi gordo nesta safra, uma vez que a reposição representa a maior parcela na formação do preço final do boi gordo. Para bezerros, as cotações em valor real se elevaram em 40,4% em 1977 e 63,4% em 1978 (janeiro a dezembro). Já em 1979 (janeiro-novembro), o aumento das cotações foi de 50,5%. Para boi magro, nos anos considerados, os acréscimos foram de 32,4%, 45,8% e 32,8%, mostrando, assim, que já há um esfriamento neste mercado, onde o invernista faz suas aquisições.

O abastecimento interno de carne bovina é, em sua maior parte, disciplinado pela portaria 50 da SUNAB, que estabelece margens móveis de preços no varejo. Ou seja: o retalhista tem margem de comercialização de 20% (carne sem osso) e 45% (carne com osso) sobre o valor da nota de atacado. Por outro lado, a carne bovina de preço controlado pelo governo e distribuída pelos supermercados do Rio, S. Paulo e Brasília, somada ao volume comercializado pela rede SOMAR, representa pouco mais de 10% do total transacionado no mercado. Esse montante diretamente administrado pelo governo tem uma função mais política (controle inflacionário), do que propriamente de regularização do mercado. Em 1980, essa parcela terá uma expressividade ainda menor, em face da decisão oficial de não formar estoques reguladores, através da COBAL.

A sistemática de compras pela COBAL durante o período de safra interessa sobretudo aos frigoríficos, na medida em que a efetivação dessas compras implica a destinação às indústrias de um montante significativo para financiar a aquisição de boi gordo, em condições mais favoráveis do que as dos empréstimos a juros de mercado. O sistema de pagamento das indústrias aos pecuaristas envolve um prazo mínimo de 30 dias, a partir da data de contratação da venda. Assim, o frigorífico conta com uma folga para o seu desembolso efetivo; a vantagem relativa aumenta, ainda mais, pois a captação dos recursos com a venda do produto aos retalhistas é imediata. Por outro lado, o desembolso das indústrias concentra-se no primeiro semestre do ano, correspondente ao período de

safra (no período 1970-78, o índice de variação estacional médio dos abates do mês de maio – pico da safra – foi 160 contra 60 em outubro, mês de menores abates). Outras sutilezas ainda envolvem a política oficial de estocagem. A COBAL não tem controle (posse) físico da carne adquirida pois, na verdade, o sistema funciona na base do acordo. De um lado, os frigoríficos se comprometem a atender a determinados mercados a preços estipulados pelo governo, tanto na safra como na entressafra. A contrapartida oficial envolve a destinação de crédito às indústrias. Na hipótese de tais empresas alegarem, como de praxe, aperto financeiro após março (época de intensificação da safra), criando obstáculos à aquisição de todos os animais prontos para abate, ter-se-á cristalizado um importante elemento de pressão para o recebimento, em maior escala, da referida contrapartida. Em todo caso, o que não deve ocorrer é a simples diminuição de abate motivada pelo fato de a COBAL não estocar carne congelada para distribuição na próxima entressafra.

Na verdade, para a formação de estoques reguladores de carnes não se dispõe de uma quantidade apreciável de carnes substitutas à bovina. Dessa forma, não se justifica o excesso de otimismo, revelado ultimamente, com relação à possibilidade de se estocar carne ovina. No Rio Grande do Sul (55% do rebanho de ovinos do país), estudos da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola projetam a produção de carne ovina para 1980 em 32.548 t e, para 1985, em 38.330 t. Vê-se, pois, que a produção atual é pouco significativa, representando apenas cerca de 1,5% da produção de carne bovina. Além disso, as perspectivas futuras desaconselham otimismo para com a participação desse tipo de carne no abastecimento nacional. O estudo revela, ainda, que aproximadamente 30% dessa produção se destina ao auto-consumo e que 95% do rebanho gaúcho tem na lã a sua principal atividade (cerca de 70% da produção de carne provém do descarte de animais dentro desta especialização).

Por último, deve-se considerar a recente investida do governo em condicionar ao regime de "draw-back" a exportação de carne industrializada. O sistema já foi adotado em anos anteriores, mas não em uma conjuntura de preços como a atual, quando a arroba de boi gordo, na Argentina, é cotada em Cr$ 1.450,00. O Brasil conseguiu o mercado de carne industrializada na década de 70, e sua manutenção deveria ser vista pelos pecuaristas como um fortalecimento da demanda por bovinos, dentro de uma perspectiva de aumento da participação futura do país no comércio internacional de carne. Restringir estas vendas, hoje, pode comprometer o ganho de parcelas adicionais desse mercado. No momento, não há condições para se operar dentro do "draw-back", e a carne industrializada a ser exportada deverá mesmo sair da produção nacional, o que significa, aos números do ano passado, redução de cerca de 80 mil t de carne no mercado interno e contribuição de cerca de US$ 120 milhões para a balança comercial ●

LEITE

Remuneração ao produtor cai em termos reais

A política de preços de leite, implementada nos últimos anos, vem sendo considerada pelo setor como altamente desestimulante. Na verdade, verifica-se que, de um modo geral, os reajustes concedidos dentro dessa política não têm proporcionado uma remuneração justa ao produtor, mantendo-se sempre defasados em relação à escalada inflacionária.

De outubro de 1974 a julho de 1978, o valor real do litro de leite sofreu uma queda de 2%. Estendendo tal período até a data do último reajuste, ou seja, novembro de 1979, a queda do valor real fica em torno de 5%. Atualmente, à medida